



INFORMATIVO GIAC 163, de 17 de maio de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento das informações e medidas implementadas pelo Governo Federal no combate à pandemia

Dando continuidade ao compromisso de acompanhar as informações e medidas implementadas para combate à pandemia decorrente do coronavírus, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhou, em 14 de maio, reunião promovida pela Câmara dos Deputados. Confira, a seguir, o resumo do encontro:

- Câmara dos Deputados
 - [Política indígena e as consequências da Covid-19 aos povos indígenas \(14/05/2021, às 9h30\)](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19; Câmara Deputados

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)

- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [18/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo](#)
- [19/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [20/5/2021 às 9h – Oitiva da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do MS, Mayra Pinheiro](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Senado Federal

Declaração da Redtram alerta sobre o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes sob o contexto da pandemia

O impacto sobre o tráfico humano e o contrabando de migrantes no contexto da pandemia é tema de declaração divulgada pela Rede Ibero-Americana de Procuradores contra o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes (Redtram). O grupo, que integra a Associação Ibero-Americana de Ministério Públicos (Aiamp), alerta que a crise sanitária instalada pelo novo coronavírus gera a busca por novas rotas migratórias e aumenta os riscos de violação dos direitos humanos das pessoas migrantes. “A Redtram busca tornar mais evidente o problema, assim como rogar aos Estados que respeitem os direitos humanos dos migrantes e evitem criminalizar pessoas meramente por seu status migratório”, salienta o procurador da República do Ministério Público Federal (MPF) que integra a Rede, Gustavo Nogami.

Íntegra

[Declaração da Rede Ibero-Americana de Procuradores contra ao Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes \(Redtram da Aiamp\)](#)

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

Ministérios Públicos Federal e Estadual da Paraíba acionaram a Justiça Federal para pleitear a suspensão da vacinação contra a Covid-19 de grupos não prioritários

O Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB) e o Ministério Público do Estado da Paraíba (MP/PB) ingressaram com ação na Justiça Federal, com pedido liminar, na quinta-feira (13), para que seja determinada à Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) a suspensão imediata da vacinação de grupos não inseridos nas orientações do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde.

Na ação, os Ministérios Públicos requerem, ainda, que o município de João Pessoa comprove, no prazo de 72 horas, se atingiu as metas de vacinação dos grupos prioritários indicados no PNI, e informe o

saldo de vacinas ainda disponíveis em estoque, liberando eventual excesso para destinação igualitária em nível estadual, com intermediação da Secretaria de Estado da Saúde (SES) da Paraíba.

Apresentação de impugnação – Após acionar a Justiça Federal, os MPs apresentaram impugnação, no último sábado (15), a pedido de reconsideração feito, na noite da sexta-feira (14), pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), da decisão judicial que obriga a suspensão de vacinação em desacordo com ordem de prioridades estabelecida pelo Ministério da Saúde e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os Ministérios Públicos alegam que, após a decisão desta sexta-feira, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio do site oficial, demonstrou que não cumprirá o que foi determinado e pretende vacinar professores antes mesmo de ter encerrado a fase de vacinação dos trabalhadores de saúde, idosos, pessoas com comorbidades e deficiências.

O objetivo dos MPs com a manifestação deste sábado, portanto, é fazer com que a prefeitura observe rigorosamente a ordem de prioridade estabelecida no Programa Nacional de Imunizações (PNI) e chancelada pelo STF, e que o prefeito cumpra tal ordem para que não sejam subtraídas doses destinadas a públicos prioritários, atualmente contemplados, para outros que devem ser atendidos logo mais adiante.

Autos nº 0805021-48.2021.4.05.8200

Íntegra

Decisão

Petição de impugnação

Petição inicial

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal da Paraíba

MPF/SE e MPSE solicitaram à Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju a reavaliação do calendário de vacinação contra a Covid-19

O Ministério Público do Estado de Sergipe (MPSE) e o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) solicitaram à Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju (SMS) que reavalie o calendário de vacinação contra a Covid-19, observando o Plano Nacional de Imunização (PNI). O objetivo é agilizar o processo de imunização na capital, levando em consideração a baixa procura do público-alvo com comorbidades para a 1ª dose e a existência de considerável disponibilidade de vacinas para a primeira aplicação. Os MPs citaram, como exemplo, várias capitais, entre elas Salvador, Maceió e João Pessoa que anteciparam a faixa etária de vacinação para grupo com comorbidades, devido à baixa procura.

Texto com adaptações: Núcleo de Comunicação do Ministério Público do Estado de Sergipe; Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Sergipe

Após a aprovação da Anvisa, estudos clínicos da vacina Covaxin poderão ser realizados no Brasil

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária autorizou, na última quinta-feira (13), a realização dos estudos clínicos de fase 3 com a vacina Covaxin, no Brasil. A autorização atende ao pleito da empresa Precisa Farmacêutica, representante no País do laboratório Bharat Biothec Internacional Limited, produtor do imunizante.

Segundo a Anvisa, estima-se que 4,5 mil voluntários dos estados de São Paulo (3.000), Rio de Janeiro (500), Bahia (500) e Mato Grosso (500), com idade igual ou superior a 18 anos, participem da terceira etapa dos ensaios, os quais avaliarão a eficácia, a segurança, a imunogenicidade e a consistência entre os lotes da vacina. Na Índia, também serão conduzidos estudos com cerca de 30.800 participantes.

Íntegra

Resolução RE nº 1.938, de 13 de maio de 2021

Esclarecimentos acerca do pedido de autorização para estudo clínico de vacina contra a Covid-19 desenvolvida pela Universidade Estadual do Ceará

Com vistas a esclarecer sobre a atual situação de vacina contra a Covid-19, desenvolvida pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou que não há, até o momento, solicitação formal de autorização para estudos clínicos do referido imunizante.

De acordo com a autarquia, em reunião realizada com os representantes do Laboratório de Biotecnologia e Biologia Molecular (LBBM) da Uece, na última quinta-feira (13), foram emitidas orientações sobre os requisitos necessários para instrução do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DCCM).

Anvisa elaborou guia para orientar sobre a solicitação temporária e emergencial de medicamentos para Covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária divulgou, na quarta-feira (12), a primeira versão do "[Guia para solicitação de autorização temporária de uso emergencial de medicamentos para Covid-19](#)". A publicação traz os requerimentos técnicos mínimos a serem apresentados pelas empresas para solicitação de autorização temporária de uso emergencial (AUE), em caráter experimental, de fármacos empregados contra a Covid-19.

Aprovado o uso dos anticorpos monoclonais banlanivimabe e etesevimabe para tratamento da Covid-19

Na última terça-feira (20), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a autorização de uso emergencial dos anticorpos monoclonais banlanivimabe e etesevimabe, desenvolvidos pela farmacêutica Eli Lilly do Brasil, para tratamento da Covid-19.

De acordo com a Anvisa, as substâncias devem ser administradas em conjunto e são indicadas para

quadros leves e moderados da doença, em adultos ou crianças acima dos 12 anos infectados pelo vírus Sars-Cov-2. Além disso, os pacientes devem apresentar alto risco de progressão da Covid-19 para a forma grave ou que possa levar à necessidade de internação.

Embora tais anticorpos sejam administrados, somente, em ambiente hospitalar, pacientes que necessitam de oxigênio medicinal ou ventilação mecânica não estão autorizados a utilizá-los.

Confira, a seguir, materiais atinentes à 8ª Reunião Extraordinária Pública da Diretoria Colegiada da Anvisa, ocorrida na última quinta-feira (13), que deliberou pela autorização do uso emergencial dos anticorpos monoclonais banlanivimabe e etesevimabe:

- [Apresentação da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos \(GGMED\)](#)
- [Apresentação da Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária \(GGFIS\)](#)
- [Apresentação da Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária \(GGMON\)](#)
- [Voto nº 75/2021/SEI/DIRE2/ANVISA/2021/SEI/DIRE2/ANVISA](#)
- [Voto nº 104/2021/SEI/DIRE3/ANVISA](#)
- [Voto nº 88/2021/SEI/DIRE4/ANVISA](#)

[Anvisa informou que não há orientação da OMS ou do Ministério da Saúde para inserir a comprovação de vacinação contra Covid19 no CIVP](#)

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, não há, até o momento, orientação emitida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ou do Ministério da Saúde que disponha sobre a obrigatoriedade da inserir a comprovação de vacinação contra a Covid19 no Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia (CIVP): "É importante ressaltar que a emissão do CIVP segue critérios determinados pelo Regulamento Sanitário Internacional (RSI), um acordo firmado no âmbito da OMS que estabelece conceitos e procedimentos para prevenir, proteger, controlar e responder a graves riscos de saúde pública que têm potencial para atravessar fronteiras e ameaçar pessoas em todo o mundo. Trata-se de um instrumento jurídico internacional vinculativo a 196 países, que inclui todos os Estados Membros da OMS, entre eles o Brasil", explicou a agência.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

[Governo Federal editou Portaria para proibir, em caráter temporário, voos internacionais oriundos do Reino Unido, Irlanda do Norte, África do Sul e Índia](#)

O Ministro Chefe da Casa Civil, em conjunto com o Ministro da Justiça e Segurança Pública e o Ministro da Saúde editou a [Portaria nº 653](#), de 14 de maio de 2021. Além das restrições que já estavam em vigor em relação ao trânsito de passageiros no território nacional, proibiu, em caráter temporário, voos internacionais com destino aos Brasil que tenham origem ou passagem pelo Reino Unido, Irlanda do Norte, África do Sul e Índia. Além disso, suspendeu, em caráter temporário, a autorização de

embarque para o Brasil de viajante estrangeiro, procedente ou com passagem pelo Reino Unido, Irlanda do Norte, África do Sul e Índia, nos últimos 14 dias.

Fonte: Diário Oficial da União; Casa Civil da Presidência da República

Conass veiculou informações sobre sequenciamento genético realizado pelo Lacen/BA em pacientes acometidos pela Covid19

Nos últimos oito meses, o Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Muniz (Lacen/BA) sequenciou 225 genomas do vírus Sars-Cov-2 em pacientes de 88 municípios bahianos.

Por meio do estudo foram detectadas 21 linhagens em circulação na Bahia, dentre estas oito cepas e três variantes classificadas como de atenção pelo Ministério da Saúde: a P.1 (Manaus), P.2 (Rio de Janeiro) e B.1.1.7 (Reino Unido).

Ainda de acordo com os dados do estudo, os casos de abril ocorridos no Estado bahiano decorreram da predominância das variantes mais agressivas, sobretudo a P.1: “As amostras foram baseadas na representatividade de todas as regiões geográficas do estado e identificar a dispersão de variantes mais contagiosas, existe um risco aumentado para a internação e rápido agravamento do quadro clínico”, ressaltou o Secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

Íntegra

Relatório dos resultados parciais referente ao sequenciamento de nova geração das amostras de SARS-CoV-2 positivas realizado no Laboratório Central de Saúde Pública Profº Gonçalo Moniz –LACEN/BA

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) abordou a questão relativa ao aumento exponencial de casos de Covid19 na Índia, traçando um paralelo com a situação no Brasil

Em reunião da assessoria técnica do Conass, ocorrida na quarta-feira (12), especialistas da Organização Pan-Americana da Saúde dialogaram acerca de aspectos relacionados ao aumento da incidência da Covid-19 na Índia, traçando paralelo com a situação do Brasil na pandemia.

No encontro, os participantes emitiram opiniões sobre a circulação de variantes do vírus Sars-CoV-2 identificadas no Brasil e na Índia e ressaltaram que o aumento de casos relaciona-se ao descontrole de medidas de prevenção, relaxamento do distanciamento social e maior movimentação da população.

Além disso, a coordenadora de Vigilância, Preparação e Resposta a Emergências e Desastres da Opas e da Organização Mundial da Saúde no Brasil, Maria Almiron, enfatizou que a queda de casos não deve ser motivo para festejar datas e fomentar eventos massivos: "Aprendemos com a Índia que essa linha de tempo entre descida de casos e vacinação incipiente é perigosa. Isso porque gestores e população, diante da redução do número de casos e óbitos, tendem a fomentar eventos massivos – que é o que está causando a tragédia que vemos na Índia". Com relação ao Brasil, Maria Almiron destacou, ainda, a preocupação com a sazonalidade de transmissão dos vírus respiratórios: "celebrar a vacinação não deve

ser motivo para festejar datas e relaxar com medidas de prevenção e distanciamento social. Temos ainda a preocupação com o inverno nas regiões Sul e Sudeste, cuja maior circulação de vírus respiratórios leva ao aumento de casos e agravamento destes”.

Na oportunidade, os presentes abordaram, também, sobre a oferta de testes para diagnóstico da Covid-19 e a importância da vigilância genômica.

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass

Boletim Observatório Covid-19: apesar da queda no número de óbitos por Covid-19 e na ocupação de UTIs, valores ainda permanecem em patamares altos

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) publicou nova edição extraordinária do Boletim Observatório Covid-19, na quarta-feira (12), com vistas a retratar o cenário epidemiológico do País.

Segundo a publicação, na Semana Epidemiológica 18 (2/5 a 8/5) observou-se redução na ocupação de leitos de UTI destinados ao tratamento de pacientes acometidos pelo novo coronavírus. Entretanto, além da permanência da taxa de mortalidade em patamares altos, indicadores mostram que ainda há intensa circulação do vírus no Brasil, situação que pode dar oportunidade ao surgimento de novas variantes: "A observada manutenção de um alto patamar, apesar da ligeira redução nos indicadores de criticidade da pandemia, exige que sejam mantidos todos os cuidados, pois uma terceira onda agora, com taxas ainda tão elevadas, pode representar uma crise sanitária ainda mais grave" apontou o texto.

Fiocruz estima que a próxima remessa de IFA para a produção da vacina contra a Covid-19 chegará no dia 22 de maio

Segundo informações da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), duas novas remessas de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) estão previstas para chegar ao Brasil nos dias 22 e 29 de maio, o que possibilitará a produção de vacinas da AstraZeneca/Oxford/Fiocruz para serem entregues ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) nas três primeiras semanas de junho.

Contudo, até a chegada do próximo lote de IFA, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) terá de interromper a produção do imunizante em alguns dias da próxima semana. De acordo com a fundação, qualquer impacto nas entregas ao PNI será comunicado posteriormente.

Entregas da semana – Na sexta-feira (14), a Fiocruz prevê a disponibilização de mais 4,1 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford/Fiocruz ao PNI.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Butantan aguarda por IFA para recuperar o cronograma de entregas da CoronaVac ao PNI

O Instituto Butantan aguarda a remessa de 10 mil litros de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), oriundo da China, para encaminhar ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) as doses da vacina

CoronaVac previstas para os meses de maio e junho.

De acordo com o Presidente do instituto, Dimas Covas, não há problemas entre a farmacêutica chinesa Sinovac e o Butantan: "Não temos nenhum problema na nossa relação contratual com a Sinovac. O problema é com a liberação de IFA, que tem que ser feita o mais rápido possível".

Apesar do atraso, o Instituto Butantan disponibilizou ao PNI, na sexta-feira (14), novo lote de imunizantes contra a Covid-19 contendo 1,1 milhão de doses.

Fonte: Instituto Butantan

Publicado o Boletim Epidemiológico nº 62 referente à Semana Epidemiológica 18 (2/5 a 8/5/2021)

Com o intuito de publicizar a análise detalhada do perfil de casos e óbitos decorrentes do novo coronavírus e de dados atinentes a hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) relativos à 18ª semana epidemiológica (2/5 a 8/5/2021), o Ministério da Saúde divulgou o [62º Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus Covid-19](#).

De acordo com o boletim, durante a semana epidemiológica 18 (SE 18) foram registrados 419.904 casos e 14.879 óbitos novos por Covid-19, com taxa acumulada de incidência e mortalidade estimada em 7.152,5 casos e 199 óbitos a cada 100 mil habitantes. Em comparação com a SE anterior, foi verificado o aumento de 1% no número de casos e redução de 12% nas mortes ocasionadas pela doença.

Dados da Semana Epidemiológica 18 (2/5 a 8/5/2021)

- **Número de novos casos por região:** Região Centro-Oeste – 36.169 casos; Região Nordeste – 107.185 casos; Região Norte – 27.273 casos; Região Sudeste – 172.553 casos; Região Sul – 76.724 casos.
- **Número de novos óbitos por região:** Região Centro-Oeste – 1.323 óbitos; Região Nordeste – 2.714 óbitos; Região Norte – 862 óbitos; Região Sudeste – 7.504 óbitos; Região Sul – 2.476 óbitos.

O relatório apresenta, ainda, dados sobre os casos de SRAG hospitalizados, casos e óbitos de SRAG por Covid-19, perfil de casos e óbitos por SRAG em profissionais de saúde e gestantes, variantes de atenção e/ou preocupação, casos de reinfecção por Sars-Cov-2 e informações concernentes à vigilância laboratorial.

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde publicou novo informe técnico com alterações no quantitativo da vacina CoronaVac

O Ministério da Saúde publicou, na sexta-feira (14), novo [informe técnico](#) relativo à 19ª pauta de

distribuição de vacinas contra a Covid-19 para incluir mais 999,4 mil doses da vacina CoronaVac destinadas aos estados e Distrito Federal.

Segundo o órgão, o novo lote de imunizante poderá ser utilizado para integralização do esquema vacinal e/ou para continuidade do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, nesse último caso, os entes deverão providenciar a devida reserva da segunda dose.

Ministério da Saúde anunciou, na sexta-feira (14), a formalização da compra de mais 100 milhões de doses de vacinas da Pfizer/BioNTech

O Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou na sexta-feira (14) a assinatura do contrato para aquisição de mais 100 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, produzidas pelo laboratório Pfizer/BioNTech. A previsão é que os imunizantes sejam entregues ao País entre setembro e dezembro de 2021.

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde iniciou nova distribuição de imunizantes aos estados e Distrito Federal

O Ministério da Saúde anunciou, na segunda-feira (17), o início da distribuição de mais 6,4 milhões de doses divididas entre as vacinas CoronaVac (1,08 milhões), AstraZeneca/Oxford (4,7 milhões) e Pfizer (647 mil) aos estados e Distrito Federal.

Segundo o órgão, a 20ª pauta de distribuição, descrita no [18º Informe Técnico](#), destina as vacinas CoronaVac para integralização do esquema vacinal em 12 estados. Nas unidades federativas que não possuem pendência de segunda dose serão entregues os imunizantes da AstraZeneca/Fiocruz. Já as da Pfizer atenderão a primeira dose das pessoas com comorbidades, gestantes e puérperas, com comorbidades, e pessoas com deficiência permanente.

Até o momento, a pasta da Saúde distribuiu, aproximadamente, 89,4 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 às Unidades Federativas. No total, mais de 52,7 milhões de brasileiros foram imunizados.

Ministério da Saúde promoveu no último domingo (16) imunização em massa no Município de Botucatu/SP

O Ministério da Saúde promoveu no domingo (16) a vacinação contra a Covid19 de cerca de 65 mil moradores de Botucatu/SP. A ação objetiva medir a eficácia da vacina AstraZeneca/Oxford contra novas variantes do vírus Sars-CoV-2.

Para consecução da iniciativa, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) doou à pesquisa 80 mil doses de imunizantes. Além da vacinação, o estudo contará com a testagem em massa da população e o sequenciamento genético do vírus.

Estudo veiculado pelo Ministério da Saúde apontou que intervalo maior de aplicação entre as doses da vacina da Pfizer é mais eficaz

Segundo informações do Ministério da Saúde, estudo conduzido pelo Reino Unido, indicou que o nível de anticorpos gerados pela vacina da Pfizer em idosos com mais de 80 anos foi três vezes maior quando aplicado com intervalo de doze semanas entre as doses.

Dessa forma, considerando o cenário de transmissão do vírus da Covid19, a pasta recomendou que a imunização com a referida vacina seja aplicada no Brasil com interstício de doze semanas, no intuito de garantir maior efetividade do imunizante.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 13 de maio de 2021, informam que o Brasil registra 15.627.475 casos de infecção pelo novo coronavírus e 435.751 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Ações de empresas resultou em doação de 3,7 milhões de medicamentos do "kit intubação"

Para auxiliar no tratamento de pacientes graves com Covid-19, a Vale com o apoio de outras empresas adquiriu mais 300 mil unidades de analgésicos, sedativos e bloqueadores musculares. Os medicamentos chegaram ao Brasil na madrugada da última terça-feira (11).

Assim, cerca de 3,7 milhões de fármacos do "kit intubação" foram doados ao Ministério da Saúde para distribuição no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Petrobras promove doação de 100 cilindros de oxigênio para a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul

Na última sexta-feira (14), a Petrobras promoveu a doação de 100 cilindros de oxigênio medicinal para a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS).

Segundo informações SES/RS os cilindros de oxigênio serão destinados para o tratamento de pacientes acometidos pela Covid19 e por outros agravos respiratórios: "Estamos verificando quais hospitais que prestam serviço pelo SUS estão apresentando mais dificuldades em relação ao insumo, para realizar a distribuição destes cilindros na próxima semana. Nós acompanhamos a situação dos estoques de oxigênio na rede hospitalar pública do Rio Grande do Sul. Em alguns lugares, no auge da pandemia, em março, identificamos um alto consumo de oxigênio", informou a Diretora do Departamento de Gestão da Atenção Especializada (DGAE), Lisiane Fagundes.

Fonte: Petrobras; Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul

[Rcl 47.311: STF suspendeu recomendação que permitia a inclusão de profissionais da educação no grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19 no município de Esteio/RS](#)

Em decisão liminar na Reclamação (Rcl) nº 47311, sob relatoria do Ministro Dias Toffoli, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da Resolução Conjunta nº 01/2021/SMS/GP/PGM, expedida pelo município de Esteio/RS, que permitia a inclusão dos profissionais da educação escolar básica no grupo prioritário da vacinação contra a Covid-19.

Segundo a decisão, o ente deve observar as diretrizes do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO): "diferentemente da política proposta pelo Município de Esteio, a ordem cronológica de prioridade na vacinação contra a Covid-19 instituída pelo ente federal apoia-se em critérios científicos e diretrizes de órgãos reconhecidos nacional e internacionalmente; e baliza o repasse de doses aos entes federados, considerada a escassez de imunizantes."

Íntegra

[Decisão Liminar \(Reclamação nº 47.311\)](#)

[Ministro Ricardo Lewandowski garantiu ao ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o direito de permanecer em silêncio na CPI da Pandemia](#)

Ao apreciar o *Habeas Corpus* nº 201912, o Ministro Ricardo Lewandowski concedeu, ao ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o direito a não responder perguntas que possam incriminá-lo em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Pandemia da Covid19. Contudo, Eduardo Pazuello deverá comparecer a oitiva designada pela CPI e não poderá faltar com a verdade quanto às perguntas que envolvam fatos e condutas relativas a terceiros.

[Íntegra](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

[Diário Oficial da União](#)

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Extrato de Parecer Técnico nº 7.465/2021](#) - Processo SEI nº: 01245.006393/2021-98. Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto de Pesquisa - Nível de Biossegurança 2. Decisão: deferido. A requerente, por meio do Presidente da Comissão Interna de Biossegurança, solicita parecer técnico da

CTNBio referente à autorização para trabalho em regime de contenção de OGM, com classificação de risco nível 2, denominado "Desenvolvimento de vacinas para COVID-19 empregando plasmídeos e adenovírus 5 humano recombinante como vetores vacinais e avaliação da eficácia em modelo murino", a ser executado em instalações credenciadas no CQB da instituição. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Portaria nº 923, de 13 de maio de 2021 – em virtude da pandemia decorrente do novo coronavírus, reconhece o Estado de Calamidade Pública nos municípios de Campina da Lagoa/PR, Cascavel/PR e Coronel Vivida/PR.

Pregão Eletrônico nº 17/2021 (UASG 257034) - Processo: 25046000809202098. Objeto: aquisição de material médico-hospitalar (MMH) em atendimento às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão, para contenção da pandemia decorrente da Covid-19, para um período de 6 (seis) meses.

Portaria nº 944, de 14 de maio de 2021 - em virtude da pandemia decorrente do novo coronavírus, reconhece o Estado de Calamidade Pública nos municípios de Nova América da Colina/PR, Verê/PR e Vera Cruz/SP.

Portaria GM/MS nº 968, de 13 de maio de 2021 - Cancela a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid19, no Município de Catalão/GO.

Consulta Pública SCTIE/MS nº 34, de 14 de maio de 2021 - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação da vacina da Fiocruz [Vacina Covid-19 (recombinante)] e da Pfizer/Wyeth [Vacina Covid-19] para prevenção da Covid-19

Consulta Pública SCTIE/MS nº 35, de 14 de maio de 2021 - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação do casirivimabe + imdevimabe para o tratamento da Covid-19

Consulta Pública SCTIE/MS nº 36, de 14 de maio de 2021 - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de aprovação das Diretrizes Brasileiras para Tratamento Hospitalar do Paciente com Covid-19 - Capítulo 1: Uso de oxigênio, intubação orotraqueal e ventilação mecânica

Consulta Pública SCTIE/MS nº 37, de 14 de maio de 2021 - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de aprovação das Diretrizes Brasileiras para Tratamento Hospitalar do Paciente com Covid-19 - Capítulo 2: Tratamento Farmacológico

Consulta Pública SCTIE/MS nº 38, de 14 de maio de 2021 - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação do ECMO para pacientes com síndrome respiratória aguda grave decorrente de infecções virais, refratária à ventilação mecânica convencional.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confira-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>